

Relatórios de Responsabilidade Social Corporativa no Brasil e no México: O Poder da Indústria Local

Autoria: Laura Calixto

Resumo

A responsabilidade social corporativa trata da relação entre companhias e o grupo de stakeholders que têm interesse nas suas operações. Organizações de vários segmentos têm utilizado cada vez mais os seus relatórios anuais para destacar os investimentos socioambientais conduzidos para satisfazer as necessidades dos seus diversos públicos. Considerando a relevância econômica, social e cultural do Brasil e do México no contexto global, o objetivo deste artigo foi analisar comparativamente as informações socioambientais divulgadas voluntariamente nos relatórios anuais e relatórios específicos das companhias estabelecidas nos dois países, em consonância com diretrizes voluntárias de divulgação socioambiental da *The Global Reporting Initiative* - GRI. O período de análise dos relatórios foi de 2004 a 2009. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo, longitudinal e foram utilizadas as técnicas de pesquisa análise de conteúdo, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O Brasil e o México são as principais economias latino-americanas e possuem grande diversidade ecológica, social, econômica e cultural; espera-se que o estudo contribua para enriquecer o debate acerca da divulgação de informações socioambientais na América Latina; importantes temas em discussão no contexto internacional. Não obstante essas questões interessam a um amplo número de *stakeholders*, considera-se então que aí está a relevância deste estudo. Os resultados da pesquisa indicaram que no caso dos dois países, a maioria das companhias de capital aberto não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios específicos sobre o tema. Entre as companhias analisadas, o nível de aderência às diretrizes voluntárias de divulgação de informações socioambientais recomendadas pela GRI é baixo. As companhias estabelecidas no Brasil são as que têm maior e melhor nível de aderência a tais diretrizes. O referencial teórico indicou as várias influências históricas que contribuíram para esse resultado, como a organização e adesão do setor empresarial à questão socioambiental, além do apoio de Organizações não Governamentais - ONGs que se especializaram em difundir o tema. Tanto no Brasil como no México, o assunto ainda é incipiente, apesar de haver várias instituições locais voltadas para a participação empresarial na elaboração e divulgação de relatórios, que começaram a ser divulgados há poucos anos. No Brasil e no México, a indústria local exerce papel importante na difusão e criação de sua maneira própria de elaborar ações socioambientais, bem como, divulgá-las em relatórios específicos.

1. Introdução

O conceito de responsabilidade social corporativa está contribuindo para uma série de mudanças no comportamento das organizações em nível mundial. As decisões empresariais atingem um público muito mais amplo do que o de acionistas, também chamados *shareholders*. Os impactos das atividades organizacionais dizem respeito às partes interessadas, ou *stakeholders*: empregados, fornecedores, clientes, consumidores, investidores, governos, comunidades locais, mídia, ONGs, enfim, um vasto público que pode manifestar interesse nos resultados das decisões que são tomadas pelas empresas, por ser afetado por estas.

Assim, além das obrigações tradicionais de toda organização, no que diz respeito à legislação trabalhista, tributária e ambiental, por exemplo, nas últimas décadas as organizações têm estabelecido compromissos que vão além dos que são compulsórios. Há um crescente aperfeiçoamento de processos e difusão de investimentos socioambientais que estimulam a preservação e melhoria da qualidade de vida.

No contexto latino-americano, atualmente a política do bem-estar social encontra-se em grande parte relacionada com a diminuição da presença do Estado nas áreas sociais, abrindo oportunidade para uma maior participação da sociedade civil organizada.

Quanto à responsabilidade social corporativa, uma importante mudança que tem sido gradual na América Latina é o seu entendimento não apenas no âmbito da caridade ou da filantropia, tradicionalmente praticada pela iniciativa privada. O seu conceito está muito mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que, em sua lógica de desempenho e lucros, passam a incluir a preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas com o objetivo de proporcionar o bem-estar para a sociedade.

A emergência da evidenciação socioambiental em países latino-americanos é um importante tema em desenvolvimento, tendo em vista a relevância econômica da região no contexto global. Com base nessas premissas, o problema que se formula nesta pesquisa é apresentado na seguinte pergunta: *Como as companhias estabelecidas no Brasil e no México divulgam informações socioambientais nos seus relatórios anuais?*

O objetivo deste artigo é analisar comparativamente as informações socioambientais divulgadas voluntariamente nos relatórios anuais e relatórios específicos das companhias estabelecidas nos dois países, em consonância com diretrizes voluntárias de divulgação socioambiental da GRI.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo e foram utilizadas as técnicas de pesquisa análise de conteúdo, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

O Brasil e o México são as principais economias latino-americanas, além de possuírem grande diversidade ecológica, social, econômica e cultural, são países emergentes de importância mundial. Espera-se que o estudo contribua para enriquecer o debate acerca da evidenciação de informações socioambientais na América Latina; importantes temas em discussão no contexto global. Não obstante essas questões interessam a um amplo número de *stakeholders*, considera-se então que aí está a relevância deste estudo.

O artigo está estruturado em seções e além desta introdução, a próxima apresenta uma revisão da literatura acerca da responsabilidade social corporativa e destaca os estudos anteriores sobre o desenvolvimento do tema com foco no Brasil e no México. A próxima apresenta os procedimentos metodológicos e a amostra selecionada; a seguir são apresentadas as análises dos resultados, considerações finais e recomendações para futuros estudos.

2. Responsabilidade Social Corporativa

A responsabilidade social corporativa trata da relação entre companhias e todos os grupos de *stakeholders* que têm interesses nas operações destas, e este conjunto de interações inclui responsabilidades amplas e inerentes aos dois lados. (WERTHER JR. e CHANDLER, 2006).

Hopkins (2007) define responsabilidade social corporativa da seguinte forma:

Responsabilidade social corporativa consiste no tratamento dos *stakeholders* de maneira ética e responsável, o que significa um tratamento de maneira considerada aceitável em sociedades civilizadas. Social inclui responsabilidades econômicas e ambientais. Os *stakeholders* existem tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo da organização. A mais ampla responsabilidade social é criar padrões de vida cada vez mais elevados, enquanto preserva a lucratividade da corporação. (HOPKINS, 2007, p. 16).

A pesquisa conduzida por Lockett, Moon e Visser (2006) teve como objetivo investigar a influência acadêmica sobre a evolução do conhecimento a respeito da responsabilidade social corporativa, por meio da análise de 176 trabalhos publicados nos seguintes periódicos: *Academy of Management Journal*; *Academy of Management Review*; *Administrative Science Quarterly*; *Journal of Management*; *Organization Science*; e *Strategic Management Journal*; no período de 1992 a 2002. Os resultados mostram que meio ambiente e ética foram os temas mais enfatizados em pesquisas empíricas, em sua maior parte de natureza quantitativa e os trabalhos teóricos são classificados como não-normativos.

A produção acadêmica sobre o tema tem sido intensa, mas a responsabilidade social corporativa é alvo de muitas críticas. Sternberg (1999) propôs que esta não deve se referir a toda responsabilidade organizacional para *stakeholders*, mas deve ser incluída entre suas responsabilidades.

Num artigo publicado na revista *The Economist*, de autoria de Crook (2005), são reiteradas as críticas ao movimento em expansão que defende a responsabilidade social das empresas. Sob o título *Economist Survey of CSR*, também reafirma a posição deste editorial, contrário aos desenvolvimentos teóricos e práticos sobre o assunto.

Apesar das frequentes críticas ao tema, é crescente o número de companhias, em nível nacional e internacional a aderir às ações socioambientais, assim como o número de pesquisadores que tem se dedicado a investigar a inclusão da responsabilidade socioambiental no ambiente de negócios sobre as mais diversas perspectivas. A próxima seção aborda o tema no âmbito do Brasil e do México.

2.1 Responsabilidade Social Corporativa no Brasil

O país se destaca por ter implementado práticas de responsabilidade social corporativa mais desenvolvidas na América Latina. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE têm papéis importantes no surgimento e nas atuais discussões sobre o tema.

A mobilização dos anos 1980 e 1990, de inspiração religiosa de alguns líderes empresariais organizados na Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE, o representante no Brasil da União Internacional das Associações Patronais Cristãs - UNIAPAC, e no Instituto de Desenvolvimento Empresarial - IDE, que posteriormente passou a ser denominado Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social - FIDES. Estes grupos expressaram, desde os anos de 1960, uma preocupação com a extrema pobreza e

fazendo um chamado aos empresários para que adquirissem consciência sobre o fato, e especificamente, propondo um balanço social para as empresas, movimento este que ganhou mais força quando foi liderado pelo sociólogo Betinho, em meados da década de 1990.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC é um órgão voltado para a promoção da boa governança corporativa no país. Fundado em 1995, o instituto é o responsável pela criação do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC. Entre as várias recomendações desse código, a responsabilidade social corporativa é destacada da seguinte forma:

Conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. A ‘função social’ da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia, e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se também a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade. (IBGC, 2004).

Outra iniciativa ligada ao mercado financeiro do país foi a Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, ao criar a Bolsa de Valores Sociais e Ambientais, uma opção de investimento diferenciada para impulsionar projetos realizados por ONGs brasileiras, visando acima de tudo promover melhorias nas perspectivas sociais e ambientais do Brasil (BOVESPA, 2010). Além disso, a BOVESPA incentiva a prática da divulgação de informações socioambientais entre as companhias de capital aberto no Brasil.

O país está adiantado sobre o tema em relação aos demais da América Latina, as iniciativas do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, assim como as do IBASE, mostram um grande crescimento e institucionalização em termos de número de associados e empresas que apresentam relatórios socioambientais; como também a diversidade e qualidade das atividades que promovem. E elas dão expressão ao processo que se encontrava em formação por um bom tempo e que têm um sustento sólido da sociedade civil. Porém, serviços de consultoria admitem a existência oculta das preocupações cosméticas de empresas acerca da necessidade de apresentar algum tipo de relatório. Outro aspecto se relaciona com a medição precisa do que realmente está sendo feito, e o impacto qualitativo sobre a comunidade e inadequações. A natureza fragmentária dessas atividades torna difícil saber o que realmente isso significa em sua totalidade. (AGUERO, 2002).

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

Criado em 1998 por iniciativa de um grupo de empresários brasileiros, o instituto desenvolve ferramentas para auxiliar as empresas na gestão, desenvolvimento e análise das suas práticas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2009).

Desde a sua criação, o Instituto Ethos tem recebido grande aceitação e atualmente é considerado uma das principais referências sobre o tema no Brasil, com ações voltadas para o meio empresarial, promove cursos, palestras, seminários e diretrizes para que os temas relacionados à responsabilidade social sejam incluídos nos processos decisórios das organizações. Outro importante foco do Instituto está na criação e divulgação de indicadores, para que as organizações avaliem a gestão das suas práticas de responsabilidade social, planejamento, monitoramento e desempenho.

É crescente número de países latino-americanos que adaptaram os indicadores do Instituto Ethos à realidade dos seus países. A Argentina foi o primeiro país a traduzir os indicadores para o espanhol, facilitando a tarefa para os demais. Assim, os indicadores são um instrumento de autoavaliação da gestão socialmente responsável de seus associados. (LOUETTE, 2007).

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

Criado em 1981, tem como missão “aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade”. (IBASE, 2009).

O IBASE atua em diversas iniciativas sociais, políticas e econômicas e entre elas estão: alternativas democráticas à globalização; desenvolvimento e direitos; direito à cidade; economia solidária; processo fórum social mundial; juventude democracia e participação; observatório da cidadania: direitos e diversidade; responsabilidade social e ética nas organizações; soberania e segurança alimentar e nutricional. (IBASE, 2009).

O lançamento do modelo de balanço social pelo IBASE em 1997, teve grande repercussão nacional porque contou com a adesão de um número significativo de empresas interessadas em colocar em prática e disseminar a idéia de responsabilidade social.

O IBASE vem envidando esforços para que as empresas passem a publicar regularmente o seu balanço social, segundo um modelo único e simplificado proposto pelo Instituto, como forma de dar maior visibilidade e, com isto, estimular a responsabilidade social entre as empresas no Brasil. Porém, o modelo de balanço social do IBASE deixou de ser atualizado pela instituição a partir de 2010. (IBASE, 2010).

A produção acadêmica sobre o tema no Brasil é intensa, aborda várias perspectivas, e cita-se, por exemplo: consumo responsável, percepção dos consumidores, gestores e outros *stakeholders* sobre o envolvimento de uma ou mais organizações com o tema, estudos de casos específicos sobre setores, regiões ou estados brasileiros, análise de relatórios dedicados ao tema, além de estudos sobre a responsabilidade social de universidades e ONGs. O foco nas informações socioambientais evidenciadas nos relatórios das companhias também recebe grande atenção dos pesquisadores brasileiros e cita-se, por exemplo, os seguintes, de eminentes autores que têm se dedicado a estudar o assunto: Nossa (2002); Tinoco e Kraemer (2004); Borba e Nazário (2003); Ponte et al. (2007); Braga e Salotti (2008); Ribeiro (2005); Ribeiro e Van Bellen (2008); Murcia e Souza (2009); Ribeiro e Van Bellen (2008); Rover (2009).

2.2 Responsabilidade Social Corporativa no México

Desde o final da década de 1960, alguns eventos contribuíram para o desenvolvimento da sociedade civil, como a crescente capacidade de grupos privados. Há um substancial número de atividades desenvolvidas por pessoas muito influentes, geralmente associadas a grandes empresas e fundações. Este é o caso de Lorenzo Servitje, do grupo Bimbo, Roberto Hernández, da Banamex, Carlos Slim da Telmex, e Manuel Arango, da Concord S.A. (AGUERO, 2002).

Estudos realizados pela *Centro Mexicano para la Filantropia* – CEMEFI, pelo *Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey* - ITESM e por Zimmat, indicam que um número expressivo de empresas participam de atividades sociais, embora em montantes relativamente pequenos, a maioria dessas iniciativas carecem de um plano permanente. Não há fontes muito completas de informações que proveem um quadro fidedigno da magnitude da atividade filantrópica no país.

Há também um número de empresas que são ativas na prática de responsabilidade social corporativa em matéria de meio ambiente, situação habitacional, desenvolvimento comunitário, serviços financeiros, cultura, ciência e tecnologia, capacitação, nutrição e promoção da filantropia. Em muitos casos, as atividades são planejadas e executadas diretamente pelas empresas, mas um grande número dessas opera através de doações a outras instituições. (AGUERO, 2002).

Com foco na responsabilidade social corporativa de três companhias estabelecidas no México, Logsdon, Thomas e Van Buren III (2006) investigaram a natureza de tais investimentos, sob os aspectos históricos e culturais. Os resultados, de acordo com os autores, indicaram que a responsabilidade social corporativa não é um tema novo no país, e também não é influenciada por empresas americanas, como muitos imaginam, mas pelo contexto cultural e ambiente interno das companhias mexicanas.

Paul et al. (2006) analisaram qualitativamente os relatórios socioambientais divulgados por uma amostra de 10 companhias estabelecidas no país, no período de 2000 a 2003. De acordo com os autores, grande parte das companhias mexicanas usa o conceito de *stakeholder*, definem responsabilidade social corporativa em termos de filantropia e o assunto é mais destacado em companhias dos setores de petróleo, cimento, de cigarros e química.

Alguns pesquisadores se dedicaram a estudar comparativamente os desenvolvimentos da responsabilidade social corporativa no México e na África do Sul (ACUTT, MEDINA-ROSS e O'RIORDAN, 2004), no México e na França (BLASCO e ZÖLNER, 2008). Os resultados desses estudos identificaram profundas diferenças culturais que levam a diferentes níveis de desenvolvimento do tema entre o México e os demais países envolvidos nas comparações.

Husted e Allen (2006) investigaram as estratégias das companhias multinacionais para responder às pressões de *stakeholders*. Os autores conduziram uma *survey* junto a profissionais de 88 multinacionais estabelecidas no México e verificaram que as pressões dos *stakeholders* guiam as decisões das organizações em relação à responsabilidade social corporativa no país.

No âmbito das empresas mexicanas do setor automotivo, Muller e Kolk (2009) conduziram uma *survey*, com o objetivo de analisar a relação entre o desempenho dessas companhias e três dimensões da responsabilidade social corporativa: meio ambiente, emprego e comunidade. Os resultados, de acordo com os autores, mostraram que as companhias locais se engajam num tipo de atividade de responsabilidade social corporativa comumente associada com o tema em países desenvolvidos. Ou seja, o assunto não é visto de forma diferente, entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

São poucos os estudos sobre a divulgação de informações socioambientais nos relatórios de companhias estabelecidas no México, mas esses têm indicado que o tema ainda é incipiente no país, como destacaram Chavarría, (2008) e Salgado e Hernández, (2007).

3. Metodologia

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na investigação. A metodologia da pesquisa refere-se a uma etapa fundamental na elaboração de um trabalho científico, tendo em vista a necessidade de identificação das técnicas que serão adotadas para alcançar as respostas ao problema objeto de análise.

Trata-se de estudo indutivo, por enfatizar argumentos observacionais. De acordo com Cooper e Schindler (2003, p. 49): “A indução ocorre quando observamos um fato e perguntamos ‘por que isso acontece?’. A pesquisa é qualitativa por abordar a análise de informações socioambientais disponibilizadas voluntariamente por companhias de capital aberto e por expor as características de uma população, também é descritiva. Por usar uma

amostra de organizações para descrever eventos socioambientais ao longo do tempo, trata-se de um estudo longitudinal.

Como técnicas de pesquisa, a pesquisa bibliográfica apoiou a formulação do problema e o referencial teórico; e a análise documental foi utilizada porque foram consultados os relatórios de companhias de capital aberto estabelecidas no Brasil e no México.

A técnica análise de conteúdo deu suporte à verificação de informações investigadas nos relatórios das companhias. É uma técnica amplamente utilizada nas ciências sociais aplicadas, especialmente nas pesquisas que abordaram o tema deste estudo.

De acordo com Bardin (2004), a condução da análise de conteúdo compreende três etapas fundamentais: Na *pré-análise*, foram acessados os *websites* das companhias, examinados com o propósito de identificação do *link* relacionado com as questões socioambientais das suas atividades. Na sequência, os relatórios anuais e relatórios específicos disponíveis de cada companhia foram baixados e organizados para codificação e posterior análise. A *exploração do material* consiste na análise sistemática dos relatórios, com o propósito de identificar ou não as categorias pré-estabelecidas, controle da frequência da aparição dos elementos investigados nas mensagens, medido em percentual, para posteriores interpretações dos achados. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. (BARDIN, 2004, p. 95). O *tratamento dos resultados* refere-se à interpretação dos dados objeto da investigação.

A revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa, juntamente com a leitura inicial dos materiais contribuíram para a criação das categorias de análise. As diretrizes GRI (2006) foram utilizadas como escopo para condução da análise de conteúdo. Após algumas adaptações dessas diretrizes, chegou-se ao total de 232 itens, classificados em grandes categorias, apresentadas resumidamente na Figura 1.

DIÁLOGO COM STAKEHOLDERS
Abordagens para o engajamento de <i>stakeholders</i> ; Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> ; Políticas e comunicação; Principais temas e preocupações dos <i>stakeholders</i> ; Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.
GOVERNANÇA CORPORATIVA
Código de conduta; Conflitos de interesse; Estrutura de governança da organização – conselho de administração; Funcionários; Mecanismos de comunicação com empregados e acionistas; Número e membros do órgão de governança; Políticas anticorrupção; Políticas de funcionamento; Procedimentos para autoavaliação do desempenho; Procedimentos para supervisão – comitê de auditoria; Remuneração e desempenho.
DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE
DESEMPENHO AMBIENTAL
<i>Normas Internacionais e Certificação</i>
<i>Inovação Tecnológica</i>
<i>Indicadores de desempenho ambiental</i>
Aspectos: materiais; água; biodiversidade; conformidade; emissões, efluentes e resíduos; energia; produtos e serviços; transporte; Gastos ambientais; legislação ambiental; Leis e regulamentos; informações sobre a forma de gestão.
DESEMPENHO ECONÔMICO
<i>Indicadores de desempenho econômico</i>
Informações sobre a forma de gestão; Aspecto - Riscos econômicos
DESEMPENHO SOCIAL
<i>Direitos humanos</i>
Aspectos: direitos indígenas; não discriminação; práticas de investimento e de processo de compra; Práticas de segurança; trabalho forçado ou análogo ao escravo; Trabalho infantil.
<i>Práticas trabalhistas e trabalho decente - Aspecto – diversidade e igualdade de oportunidades</i>
Normas internacionais
Aspectos: emprego; relações entre trabalhadores e governança; saúde e segurança no trabalho; treinamento e

educação
Responsabilidade pelo produto
Aspectos: <i>compliance</i> ; comunicação e marketing; conformidade; rotulagem de produtos e serviços; saúde e segurança do cliente
Informações sobre a forma de gestão
Sociedade
Aspectos: comunidade; investimentos em projetos sociais e ambientais junto a comunidades; concorrência Desleal; conformidade; corrupção; políticas públicas
Informações sobre a forma de gestão

Figura 1: Categorias selecionadas para condução da análise de conteúdo

Fonte: Elaboração própria, com base numa adaptação dos indicadores GRI, na análise do referencial teórico e na verificação preliminar dos relatórios das organizações

O relatório elaborado conforme as diretrizes GRI aborda os três elementos interrelacionados que se aplicam a uma organização, os aspectos social, ambiental e econômico das suas operações. Além disso, os indicadores propostos podem ser utilizados por qualquer instituição, bastando haver o interesse da organização em divulgar tais informações em consonância com as diretrizes mencionadas. As diretrizes GRI podem ser acessadas num manual disponibilizado no *website* da organização em vários idiomas.

3.1 População e Amostra

A amostra é composta por companhias de capital aberto que disponibilizaram relatórios anuais e ou relatórios específicos sobre informações econômicas, sociais e ambientais disponíveis nos seus *websites*, aqui denominados relatórios de sustentabilidade.

A relação de companhias foi extraída da Economática, empresa que fornece um banco de dados com informações econômico-financeiras de companhias oriundas de sete países latino-americanos. Trabalhou-se com companhias de capital aberto, estabelecidas no Brasil e no México e foram excluídas as companhias com registro cancelado e companhias do setor financeiro.

No caso de companhias que têm suas ações cotadas na NYSE, foram selecionados os relatórios anuais arquivados na SEC; elaborados de acordo com a legislação americana, denominados Formulários 20F, no período de 2004 a 2009. Todas as companhias de capital aberto nos Estados Unidos devem encaminhar um relatório anual para a SEC, num formato que deve atender a uma legislação intensa, sobre dados contábeis, econômicos e financeiros das organizações. As companhias americanas encaminham o relatório denominado Formulário 10K, as companhias canadenses devem apresentar o Formulário 40F e as demais organizações originárias de outros países, devem arquivar o Formulário 20F. Cada um desses relatórios atende a um padrão mínimo de informações quantitativas e qualitativas sobre o desempenho da corporação, além de informações detalhadas sobre os riscos potenciais associados às suas atividades.

Foi efetuado *download* dos relatórios das companhias nos seus *websites* ou *website* da NYSE, no período de coleta de dados, que compreendeu os meses de janeiro a julho de 2010. Foram excluídas as companhias que não tinham *websites* acessíveis, em função de reorganização societária, assim como companhias que não tinham os relatórios disponíveis para *download* de todo o período de análise. Assim a população consiste em 411 organizações e a amostra selecionada diz respeito ao total de 137 companhias que disponibilizou os relatórios em todo o período de análise, de 2004 a 2009, sendo 85 brasileiras e 52 mexicanas.

Para a análise de conteúdo, foi utilizado o *software* QSR NVivo, específico para a análise de dados qualitativos, apresentados em formato texto ou imagem. A inserção dos relatórios no *software* foi segregada por empresa, ano, país, setor de atividade e tipo de relatório. A seguir foi feita a codificação dos dados no *software*, através da identificação e

classificação de cada sentença que estivesse relacionada com cada item categorizado na Figura 1.

A codificação foi acumulada e controlada individualmente para cada item/categoria, por relatório, empresa, ano e setor. Os resultados dessa compilação podem ser visualizados de forma individual, por empresa, grupos, setores, períodos ou tipos de relatórios, graficamente ou em formato de quadros ou tabelas. Devido à extensão dessas informações e períodos analisados, optou-se pela visualização gráfica por quantificação desses itens. Após a codificação dos dados, começaram os trabalhos de conferência e revisão dos dados codificados, para posterior análise dos resultados, apresentados na próxima seção.

4 Análise dos Resultados

4.1 Brasil

O Brasil apresenta os números mais expressivos da região, quanto ao tamanho, o mercado de capitais, desenvolvimento econômico e o número de companhias de capital aberto selecionadas para este estudo.

O número de companhias multinacionais de capital aberto que exercem atividades no país não é tão expressivo em relação ao total das que compõem a amostra. Entretanto, quase todas as organizações brasileiras que têm suas ações cotadas na NYSE foram incluídas neste estudo. A Tabela 1 apresenta a distribuição das companhias brasileiras selecionadas, distribuídas por setor.

Tabela 1: Companhias Brasileiras por Setor

Setores	Amostra selecionada	Multinacionais	NYSE
Água e saneamento	4		1
Alimentos	4		3
Comércio varejista	3		
Diversificado	2		
Energia Elétrica	24	14	3
Indústria de autopeças	3		
Locação de veículos	2		
Mineração e minerais não metálicos	2		1
Papel e Celulose	3		1
Química e petroquímica	5		2
Serviços de apoio a empresas	2		
Serviços médicos	2		
Siderurgia e metalurgia	8	1	2
Telecomunicações	6	4	4
Transportes (aéreo, ferroviário e rodoviário)	4		2
Outros setores	11	3	3
Total	85	22	22

Fonte: Elaboração própria

A distribuição de companhias indica maior concentração dessas nos seguintes setores: energia elétrica, siderurgia e metalurgia, telecomunicações, química e petroquímica. Porém, alguns são representados somente por uma organização de grande porte, em muitos casos, a única de capital aberto no país, como as dos setores de mineração, petróleo e gás, bebidas, cosméticos, indústria da aviação, transporte ferroviário e transporte rodoviário. Estas organizações foram apresentadas em conjunto, com a denominação “outros setores”.

Os resultados da análise das informações socioambientais divulgadas por companhias brasileiras são apresentados a seguir, segregados por categorias de análise.

Diálogo com Stakeholders

Nos últimos anos as companhias brasileiras têm mostrado esforço e dedicação para com seus públicos, tanto interno quanto externo. Presentes principalmente nos seus relatórios anuais, as informações sobre políticas e comunicação com *stakeholders* foram as mais enfatizadas pelas companhias, seguidas de abordagens para engajamento daqueles. As companhias dos setores de energia elétrica, papel e celulose e cigarros foram as que mais destacaram o tema, divulgado ao longo do período de forma crescente, entretanto, na análise conjunta de todas as organizações que compuseram a amostra, verifica-se que esta categoria foi a que recebeu menor ênfase nos relatórios das organizações.

Governança Corporativa

Os esforços para a implementação de mecanismos de governança corporativa ficam evidentes na análise dos relatórios das companhias brasileiras, que deram grande ênfase a essas informações ao longo do período analisado.

Os relatórios anuais foram os mais utilizados para divulgação dessas informações, seguidos dos Formulários 20F, especificamente por 22 companhias que têm suas ações cotadas na NYSE. O relatório de sustentabilidade foi o terceiro mais utilizado para o destaque das informações nesta categoria. Companhias dos setores de energia elétrica, telecomunicações e siderurgia e metalurgia foram as que mais se destacaram. Entre as informações menos citadas pelas organizações, estão: políticas anticorrupção e conflitos de interesses.

Desempenho Ambiental

Atualmente é difícil uma empresa de grande porte não declarar na sua missão o compromisso com o desenvolvimento sustentável e respeito ao meio ambiente. Adotar diretrizes internacionais sobre questões sociais e ambientais e divulgar essas informações em algum tipo de relatório parece ter se tornado uma prática comum entre as organizações.

Gestão ambiental é um assunto que recebeu muito destaque nos relatórios das companhias, tanto nos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e Formulários 20F. Não obstante, este último é exigido pela legislação americana, que recomenda a divulgação minuciosa dos gastos, riscos, critérios de mensuração e contingências futuras em função dos impactos das atividades das organizações.

As companhias brasileiras dão bastante ênfase aos seus esforços voluntários para treinamento e conscientização ambiental, seja dos seus funcionários, comunidades no entorno dos seus empreendimentos e outros *stakeholders*. Haja vista que a implantação de um sistema de gestão ambiental também contribui para que o relacionamento dessas organizações com o meio ambiente seja gerenciado e processos de acordo com padrões de certificação sejam implantados e acompanhados continuamente.

Desempenho Econômico

Os aspectos desta categoria não foram muito citados nos relatórios das companhias analisadas, com exceção das informações sobre os riscos associados às atividades das organizações, divulgadas mais detalhadamente, assim como os riscos associados à situação econômica do país. Os demais riscos receberam pouco destaque. As companhias que mais divulgaram informações sobre esta categoria pertencem aos setores de energia elétrica, siderurgia e metalurgia e telecomunicações.

Desempenho Social

O mercado brasileiro é bastante competitivo e as organizações locais têm envidado esforços para atrair e reter o seu quadro de funcionários. O respeito às leis trabalhistas, tratados e convenções internacionais, além de informações detalhadas sobre os benefícios distribuídos aos seus funcionários, estão entre as informações mais destacadas nesta categoria. Todavia, investimentos em treinamento, educação, saúde e segurança extensivos às famílias dos funcionários são itens cada vez mais enfatizados pelas organizações nos seus relatórios.

Companhias dos setores de energia elétrica, siderurgia e telecomunicações foram as que mais enfatizaram o tema, com destaque para informações sobre os itens: benefícios oferecidos discriminados por tipo, empregado de tempo integral ou meio período, políticas e total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato e região.

Os aspectos recomendados pela GRI sobre a responsabilidade pelo produto foram pouco citados nos relatórios das companhias brasileiras. Verifica-se que não é comum, pelo menos nos relatórios analisados, a divulgação de práticas de *compliance*; conformidade; rotulagem de produtos e serviços; e saúde e segurança do cliente. Entretanto, as informações divulgadas têm um caráter publicitário, pois as companhias parecem se preocupar mais em criar um espaço para divulgar as vantagens dos seus produtos e serviços oferecidos.

No que diz respeito aos investimentos socioambientais das companhias, junto a comunidades locais ou não, gerenciados através de fundação ou instituto, ou por outras organizações, públicas ou privadas; a divulgação desses investimentos ocorreu de forma crescente ao longo do período analisado, principalmente nos relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade. Companhias brasileiras dos setores de energia elétrica, siderurgia e metalurgia, papel e celulose e saneamento foram as que mais destacaram os seus investimentos nesta categoria.

Vale ressaltar que um aspecto interessante desta categoria foi o grande espaço dedicado ao reconhecimento público e prêmios recebidos pelas organizações. Os investimentos socioambientais são avaliados por associações empresariais e dessa forma, a visibilidade local, nacional ou internacional é buscada pelas companhias, ao associarem tais investimentos, com a imagem de empresa socialmente responsável, ou comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto bastante enfatizado foi a forma de gestão de projetos sociais e ambientais, que tiveram grande expressão ao longo do período. Poucas companhias divulgam suas práticas de relacionamento com o governo, citado apenas por companhias dos setores de cosméticos, siderurgia e metalurgia e distribuição de gás.

Os resultados da análise das informações socioambientais divulgadas por companhias brasileiras revelaram que elas são: empresas com maior inserção internacional; pertencem a setores de maior intensidade de uso de recursos naturais e; têm maior porte entre os setores a que pertencem.

Essas organizações divulgam informações socioambientais via relatórios, aderem a iniciativas empresariais para atividades voltadas para o tema, como também atendem aos critérios de certificação e gestão ambiental. A Figura 2 apresenta os resultados consolidados para a divulgação socioambiental entre companhias nacionais e de outros países, que exercem atividades no Brasil. Observa-se que em todas as categorias de análise, foi predominante a presença de companhias locais quanto ao nível de divulgação de informações socioambientais das companhias, objeto da investigação.

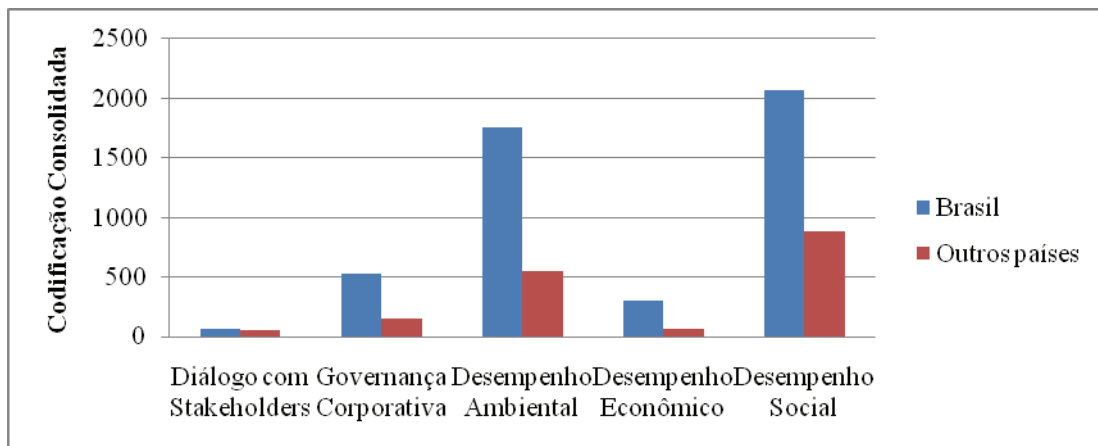


Figura 2: Codificação Consolidada: Brasil
Fonte: Elaboração própria

Há muitas diferenças entre as companhias, que de modo geral não apresentam os seus relatórios com regularidade e uniformidade. As diferenças entre os setores podem estar relacionadas com a extensão dos impactos provocados pelas atividades das empresas. Vários estudos anteriores corroboram esses resultados. (NOSSA, 2002; BRAGA e SALOTTI, 2008; MURCIA e SOUZA, 2009; ROVER, 2009).

Na análise por setor entre companhias brasileiras, além da maior quantidade e distribuição dessas, apresentaram grandes variações entre os resultados, como mostra a Figura 3.

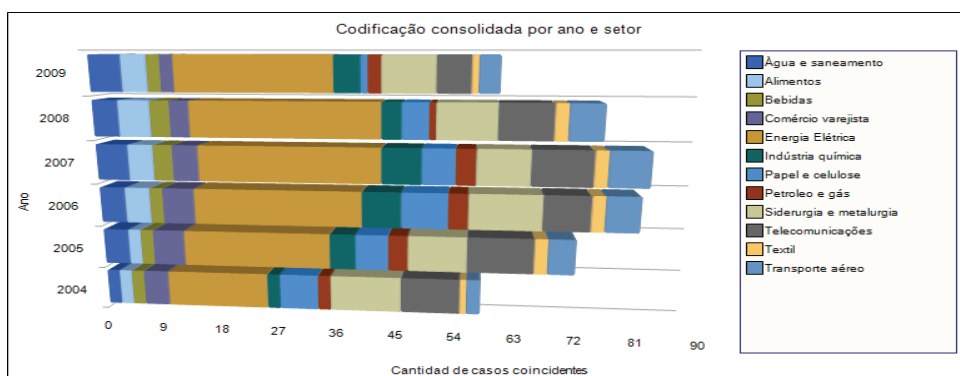


Figura 3: Análise por setor: Brasil
Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que companhias brasileiras dos setores de energia elétrica, siderurgia e metalurgia, papel e celulose e telecomunicações foram as que mais divulgaram informações sobre as categorias analisadas ao longo do período.

Apesar do grande interesse apresentado por companhias brasileiras, que têm se engajado cada vez mais na implementação de ações socioambientais, a utilização das diretrizes recomendadas pela GRI para elaboração de relatórios de sustentabilidade ainda atinge um pequeno número de companhias brasileiras, que demonstraram um baixo nível de aplicação de tais recomendações.

4.2 México

As companhias de capital aberto estabelecidas no México apresentam uma distribuição variada entre os setores, com maior concentração nos seguintes: mineração, comércio varejista e alimentos, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Companhias Mexicanas por Setor

Setores	Amostra selecionada	Multinacionais	NYSE
Alimentos	5		1
Bebidas	3		2
Comércio varejista	7	1	
Construção	4	1	2
Indústria química	2		
Mineração	8	3	
Serviços de comunicação	3		2
Siderurgia e metalurgia	3	1	
Telecomunicações	3		3
Transportes (aéreo e rodoviário)	3	1	3
Outros setores	11		1
Total	52	7	14

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que a participação de companhias multinacionais na amostra selecionada não é significativa, além do número de companhias com ações cotadas na NYSE, que também não ultrapassou 30% da amostra selecionada. Entretanto, a maioria das companhias dos setores de alimentos, bebidas, mineração, telecomunicações e petróleo e gás são conglomerados locais, que operam em vários países latino-americanos.

Da mesma forma que no Brasil, há grandes empresas mexicanas representantes de um único setor, como dos seguintes: coletora de resíduos, hotelaria, imobiliário, indústria de produtos elétricos, plásticos e recreação, petróleo e gás e material de construção. Essas organizações foram apresentadas com a denominação outros setores da Tabela 2.

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa entre as companhias mexicanas, segregados por categorias de análise.

Diálogo com Stakeholders

Verifica-se que o engajamento das organizações mexicanas com os seus *stakeholders* não está entre as suas prioridades de divulgação em relatórios. Esta categoria recebeu pouco destaque entre as companhias componentes da amostra.

Ao longo do período analisado, observou-se maior presença dessas informações nos relatórios de sustentabilidade, abrangendo principalmente as políticas estabelecidas pelas organizações no diálogo com os seus *stakeholders*. As companhias que mais se destacaram nesta categoria foram dos setores de mineração e comércio varejista.

Governança Corporativa

Esta foi a categoria que recebeu maior destaque entre as companhias mexicanas, principalmente as informações sobre os itens estrutura de governança da organização - conselho de administração e procedimentos para supervisão - comitê de auditoria. Governança corporativa foi uma categoria bastante citada ao longo do período analisado, presente principalmente nos relatórios anuais das organizações.

Companhias de quase todos os setores contemplaram o tema nos seus relatórios, com destaque para os seguintes: mineração, comércio varejista e bebidas. As exceções foram companhias dos setores de agricultura, pecuária e pesca, imobiliário e indústria de recreação.

Desempenho Ambiental

Os relatórios anuais e de sustentabilidade foram os mais utilizados para divulgação dessas informações, principalmente por companhias dos setores de mineração, petróleo e gás e do setor de bebidas.

Apesar de tratar-se de um tema importante, observa-se que este é pouco enfatizado nos relatórios das organizações mexicanas e indica o pouco interesse dessas organizações em discorrer sobre os seus investimentos ambientais ao longo do período analisado.

Desempenho Econômico

As informações sobre esta categoria que receberam maior destaque foram os indicadores econômicos, de organizações dos setores de bebidas, petróleo e gás e mineração. Informações sobre o valor econômico direto gerado e distribuído pelas organizações, assim como as políticas das organizações sobre o compromisso global com aspectos econômicos foram os itens mais citados.

Desempenho Social

Estas informações foram mais enfatizadas nos relatórios anuais de companhias dos setores de mineração, bebidas e comércio varejista, ao longo do período analisado. O investimento direto em doações foi também um item bastante enfatizado nos relatórios anuais de companhias.

O reconhecimento público e o recebimento de prêmios por sua atuação socioambiental é um tema muito destacado por companhias mexicanas, principalmente pelas dos setores de mineração, petróleo e gás e comércio varejista, o que indica a necessidade de divulgar para o grande público os resultados dos seus esforços junto à sociedade.

Apesar das diversas iniciativas no país para difusão de temas ligados à responsabilidade social corporativa, além do engajamento empresarial, os resultados da pesquisa sugerem ainda fortes relações das organizações com atividades filantrópicas.

Os resultados das análises sobre a divulgação socioambiental entre companhias mexicanas indicam forte participação das indústrias locais, como mostra a Figura 4, que consolida a divulgação socioambiental entre companhias mexicanas, quando comparado com companhias de outros países.

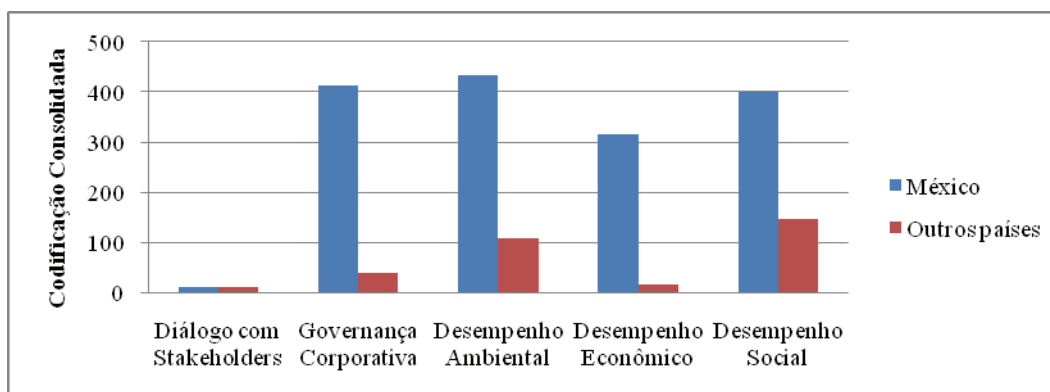


Figura 4: Codificação consolidada: México

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que desempenho ambiental, governança corporativa e desempenho social foram os assuntos mais enfatizados pelas organizações, tanto as de origem local, quando de

outros países. O diálogo com *stakeholders* ainda é um assunto pouco citado no âmbito das companhias de capital aberto estabelecidas no México. Ocorreu grande variação entre companhias dos seguintes setores: mineração, comércio varejista, bebidas e alimentos, como mostra a Figura 5.

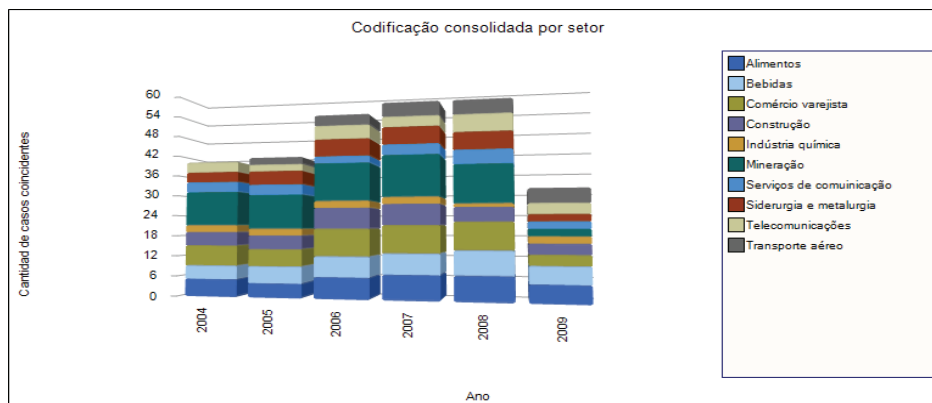


Figura 5: Análise por setor: México
Fonte: Elaboração própria

Verificou-se que nenhuma das companhias estabelecidas tanto no Brasil quanto no México apresentou um alto nível de aderência às diretrizes voluntárias de divulgação de informações socioambientais recomendadas pela GRI. Considerando as diferenças entre os países selecionados e o destaque dado a esses no referencial teórico; verifica-se que o desenvolvimento econômico, social e o avanço de iniciativas voluntárias de associações empresariais, estão entre as motivações para que as companhias brasileiras tenham maior nível de divulgação de informações socioambientais nos seus relatórios, quando comparado com o México.

5. Considerações Finais

O objetivo desta investigação foi analisar comparativamente as informações socioambientais divulgadas voluntariamente por companhias estabelecidas no Brasil e no México. Para tanto, foram utilizadas as diretrizes voluntárias da GRI como escopo para analisar o conteúdo dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e Formulários 20F, disponibilizados pelas organizações, nos seus *websites* ou nas bolsas de valores em que negociam suas ações, ao longo do período de 2004 a 2009.

A maioria das companhias de capital aberto não disponibiliza informações socioambientais nos seus relatórios anuais ou em relatórios específicos sobre o tema. Entre as companhias analisadas, verificou-se que o nível de aderência às diretrizes voluntárias de divulgação de informações socioambientais recomendadas pela GRI é baixo. As companhias estabelecidas no Brasil são as que têm maior e melhor nível de aderência a tais diretrizes.

O referencial teórico indicou as várias influências históricas que contribuíram para esse resultado, como a organização e adesão do setor empresarial à questão socioambiental, além do apoio de ONGs que se especializaram em difundir o tema. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, além de outras entidades, como IBASE e GIFE, exerceram e exercem papel fundamental na difusão e profissionalização dessas ações entre as companhias brasileiras.

No México, o assunto ainda é incipiente, apesar de haver várias instituições locais voltadas para a participação empresarial na elaboração e divulgação de relatórios, que começaram a ser divulgados há poucos anos.

No Brasil e no México, a indústria local exerce papel importante na difusão e criação de sua maneira própria de elaborar ações socioambientais, bem como, divulgá-las em relatórios específicos.

Quanto à evolução e forma de divulgação de informações socioambientais, tem-se o relatório anual como o principal canal utilizado pelas companhias para destacar tais informações, seguido do relatório de sustentabilidade, divulgado como parte do relatório anual, ou como uma publicação específica.

A pesquisa teve como foco as sociedades anônimas de capital aberto. Como o mercado financeiro dos países latino-americanos não é muito expressivo em relação ao número de companhias a ter suas ações negociadas em bolsas de valores, os resultados da investigação dizem respeito somente àquelas organizações. Assim, recomenda-se para futuros estudos a condução de pesquisas sobre o tema no âmbito das sociedades anônimas de capital fechado, que também podem disponibilizar voluntariamente relatórios de sustentabilidade nos seus *websites*.

Os relatórios de sustentabilidade são divulgados voluntariamente pelas organizações e por isso, há muitas críticas quanto ao problema da falta de transparência desses relatórios. Poderiam ser investigadas outras formas de aumentar a transparência desses, além da auditoria independente, a participação dos *stakeholders* na avaliação dos relatórios poderia ser ampliada. Futuros estudos poderiam propor modelos de avaliação da transparência dos relatórios de sustentabilidade.

Referências

- ACUTT, N.J.; MEDINA-ROSS, V.; O'RIORDAN, T. Perspectives on corporate social responsibility in the chemical sector: a comparative analysis of the Mexican and South African cases, *Natural Resources Forum*, v. 28, p. 302-316, 2004.
- AGUERO, F. *La Responsabilidad Social Empresarial en América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Peru*. 2002. Escuela de Estudios Internacionales Universidad de Miami.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BLASCO, M.; ZÖLNER, M. Corporate Social Responsibility in Mexico and France Exploring the Role of Normative Institutions. *Business & Society*, Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://online.sagepub.com>. doi:10.1177/0007650307309434>. Acesso em 15/06/2009.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA. Disponível em <www.bovespa.com.br>. Acesso em 15/04/2009.
- BORBA, J.A.; NAZÁRIO, L. Contabilidade ambiental: a preocupação empresarial com o meio ambiente através da evidenciação da terminologia comumente empregada nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil. In: ENANPAD, XVII, *Anais*, 2003, Atibaia.
- BRAGA, J.P.; SALOTTI, B.M. Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º, São Paulo, *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP/FEA, 2008. p. 1-15.
- CHAVARRÍA, M.P. La responsabilidad social corporativa en México: ¿Ser o parecer? Análisis de la comunicación en 25 empresas del país. 2008. Disponível em <www.reddircom.org/textos/marielaperez.pdf>. Acesso em 15/08/2009.
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. *Métodos de pesquisa em Administração*, Trad. 7. ed. Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CROOK, C. *Economist survey of Corporate Social Responsibility*, January, 22, 2005. <Disponível em www.theeconomist.com/survey>. Acesso em 15/04/2007.
- HOPKINS, M. *Corporate social responsibility and international development: is business the solution?* London: Earthscan, 2007.

- HUSTED, B.W.; ALLEN, D.B. Corporate social responsibility in the multinational enterprise: strategic and institutional approaches. *Journal of International Business Studies*, v. 37, p. 838-849, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. Disponível em <www.ibase.org>. Acesso em 15/04/2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 3. Ed. São Paulo: IBGC, 2004.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em www.institutoethos.org. Acesso em 15/06/2010.
- LOCKETT, A.; MOON, J.; VISSER, W. Corporate social responsibility in management research: focus, nature, salience and sources of influence. *Journal of Management Studies*, v. 43, n. 1, p. 115-136, 2006.
- LOGSDON, J.M.; THOMAS, D.E.; VAN BUREN III, H.J. Corporate social responsibility in large Mexican firms. *Journal of Corporate Citizenship*, 21: 51-60, 2006.
- LOUETTE, A. *Compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental*. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.
- MULLER, A.; KOLK, A. CSR performance in emerging markets evidence from México. *Journal of Business Ethics*, v. 85, p. 325-337, 2009.
- MURCIA, F.D.; SOUZA, F.C. Discretionary-based disclosure: the case of social and environmental reporting in Brazil. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º, São Paulo, *Anais eletrônicos...* 2009, São Paulo: FEA-USP. p. 1-15. 1 CD-ROM.
- NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise de conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002, 246f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PAUL, K.; COBAS, E.; CERON, R.; FRITHIOF, M.; MAASS, A.; NAVARRO, I.; PALMER, L.; SERRANO, L.; DEATON, L.Z. Corporate social reportin in Mexico. *Journal of Corporate Citizenship*, n. 22, p. 67-80, Summer, 2006.
- PONTE, V.M.R.; OLIVEIRA, M.C.; MOURA, H.; CARMO, R.C.A. Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7, São Paulo, *Anais eletrônicos...* São Paulo: FEA-USP, 2007. p. 1-15. 1 CD-ROM.
- RIBEIRO, M.S. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RIBEIRO, A.M. VAN BELLEN, H.M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8º, São Paulo, *Anais eletrônicos...* São Paulo: FEA-USP, 2008. p. 1-15.
- ROVER, S. *Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil*. 2009, 100f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SALGADO, P.M.; HERNÁNDEZ, P. G. La responsabilidad social en empresas Del Valle De Toluca (México): un estudio exploratório. *Estudios Gerenciales*, v. 23, n. 102, 2007.
- STERNBERG, E. The *Stakeholder* concept: a mistaken doctrine. 1999. Disponível em <papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=263144>. Acesso em 15/02/2008.
- THE GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade. 2000-2006. Disponível em <www.globalreporting.org>. Acesso em 15/04/2009.
- TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. *Contabilidade e gestão ambiental*. SP: Atlas, 2004.
- WERTHER JR., W.B.; CHANDLER, D. *Strategic corporate social responsibility: stakeholders in a global environment*. California: Sage Publications, 2006.